

INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Giovanna Driely

Discente em Educação Física.

Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Santos, São Paulo, Brasil.

Érico Zanolli

Discente em Educação Física.

Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Santos, São Paulo, Brasil.

Vinicius Tonon Lauria

Doutor em Ciências do Movimento Humano e Reabilitação.

Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Santos, São Paulo, Brasil.

Faculdade do Litoral Sul Paulista (FALS). Praia Grande, São Paulo, Brasil.

Dilmar Pinto Guedes Junior

Mestre em Ciências da Saúde.

Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Santos, São Paulo, Brasil.

Rodrigo Pereira da Silva

Doutor em Ciências do Movimento Humano e Reabilitação.

Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Santos, São Paulo, Brasil.

RESUMO

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neuro desenvolvimento. O exercício físico exerce um papel fundamental na vida de pessoas autistas. Com isso, fazem-se necessárias investigações sobre o que os professores entendem como inclusão na sala de aula; se os mesmos estão capacitados; se enfatizam as capacidades físicas necessárias e se conhecem as leis que asseguram os direitos dos alunos com TEA. **Objetivos:** Investigar as concepções sobre inclusão; atitudes relacionadas às capacidades físicas; o conhecimento de leis e capacitação profissional dos professores em relação ao processo de inclusão de alunos com TEA nas aulas de Educação física do ensino regular. **Metodologia:** foi aplicado um questionário contendo 24 perguntas de múltipla escolha, sendo relacionadas à vivência do professor; às concepções sobre inclusão; capacitação profissional; conhecimento de leis de inclusão e atitudes relacionadas às capacidades físicas. O instrumento foi respondido por 21 professores de Educação Física. **Resultados:** 95,2% dos professores fazem atividades coletivas para trabalhar a inclusão e socialização das crianças com TEA; 71,4% responderam que não foram suficientes os conhecimentos básicos oferecidos na formação acadêmica e as capacidades físicas agilidade, coordenação e equilíbrio, a maior parte dos professores colocou que utilizam em 30% a 50% de suas aulas. **Conclusão:** A educação inclusiva deve ser vivenciada individualmente. Há uma necessidade da formação especializada dos profissionais, para promover a integração social. A maioria dos professores tem o conhecimento sobre as leis. Por fim, o exercício físico pode trazer melhora na qualidade de vida desse público.

Palavras-chaves: Inclusão. Autismo. Educação Física.

ABSTRACT

Introduction: Autism Spectrum Disorder (ASD) is a neurodevelopmental disorder. Physical exercise plays a fundamental role in the lives of autistic people. Therefore, investigations into

what teachers understand as inclusion in the classroom are necessary; whether they are qualified; the necessary physical capabilities are emphasized and the laws that ensure the rights of students with ASD are known. Objectives: Investigate conceptions about inclusion; attitudes related to physical capabilities; knowledge of laws and professional training of teachers in relation to the process of including students with ASD in physical education classes in regular education. Methodology: a questionnaire was applied containing 24 multiple-choice questions, related to the teacher's experience; to conceptions about inclusion; professional training; knowledge of inclusion laws and attitudes related to physical capabilities. The instrument was answered by 21 Physical Education teachers. Results: 95.2% of teachers carry out collective activities to work on the inclusion and socialization of children with ASD; 71.4% responded that the basic knowledge offered in academic training and the physical capabilities of agility, coordination and balance were not sufficient, most teachers stated that they use them in 30% to 50% of their classes. Conclusion: Inclusive education must be experienced individually. There is a need for specialized training of professionals to promote social integration. Most teachers have knowledge about the laws. Finally, physical exercise can improve the quality of life of this population.

Keywords: Inclusion. Autism. Physical education.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficit na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. Consiste em um transtorno do desenvolvimento tendo origem neurobiológica, apresentando comprometimento em diversos aspectos relativos ao comportamento humano, passando pelas áreas motora, sensorial, emocional e cognitiva (ASSUMPÇÃO & KUCZYNSKI, 2015).

Para Gauderer (1997), o autismo é considerado um Transtorno Global do Desenvolvimento, atinge 1% da população brasileira, afeta aproximadamente 20 entre cada 10 mil nascidos, é quatro vezes mais frequente no sexo masculino comparado ao feminino. O autor também afirma que, não foi comprovado, qualquer causa psicológica no meio ambiente dessas crianças, que possa causar esse transtorno.

Comparando com os dados mais atuais, no Brasil, constatou-se em recente pesquisa que os índices de pessoas com autismo são de 27,2 casos para cada 10.000 habitantes segundo Pinto et al. (2016), estima-se que haja cerca de 70 milhões de autistas em todo o mundo e 1 em cada 88 crianças sofre de autismo, a

maioria meninos, segundo o Centro Americano de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) e a Organização das Nações Unidas (ONU - 2013).

O transtorno do espectro do autismo (TEA), conforme Schliemann et. al (2020), é um transtorno de natureza social e cognitiva caracterizado por deficiências na comunicação, comportamentos e interações sociais. É uma patologia crônica que afeta aproximadamente 1,5% das crianças em idade escolar, dos quais os sinais já podem ser observados na primeira infância e tendem a acompanhar o indivíduo ao longo de sua vida.

O DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) é uma das principais ferramentas utilizadas por profissionais de saúde mental para diagnosticar e classificar transtornos, assim como o autismo. De acordo com o DSM-5, os níveis do autismo são classificados com base no nível de suporte necessário para atividades diárias. São eles: nível 1 – Leve (necessidade de pouco apoio), nível 2 – moderado (necessidade moderada de apoio) e nível 3 – severo (muita necessidade de apoio substancial).

Do ponto de vista legal, o autismo é uma deficiência, uma vez que o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, considera como pessoa com deficiência os indivíduos com transtornos do espectro autista.

No Brasil, de 2022 a 2023, o número de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados em salas de aula comuns, ou seja, junto com alunos sem deficiência, aumentou 50%, saltou de 405.056 para 607.144, segundo dados do Censo de Educação Básica.

Pensando no aumento do número de crianças e adolescentes com TEA nas escolas de ensino regular, é necessário discutir os benefícios das aulas Educação física e como serão as formas de inclusão para que eles se sintam parte da sociedade e não excluídos por ela. Para Soares e colaboradores (2014) o conceito da Educação Física, que é uma prática pedagógica no âmbito escolar, conteúdo com formas de atividades expressivas corporais, por exemplo: o jogo, o esporte, a dança, a ginástica, sendo elas participando na área de conhecimento que se pode chamar de cultura corporal.

A prática de exercício físico sistematizado pode auxiliar no desenvolvimento de habilidade nas crianças com TEA, e também pode aprimorar a noção de espaço,

tempo e a coordenação motora, segundo o autor Bento et al. (2023).

Conforme Rodrigues (2003) A Educação Física, olhando como disciplina curricular, não pode ficar desinteressante neste movimento de educação inclusiva. Fazendo parte do ensino escolar, esta disciplina pode-se compor como um ajudante ou um obstáculo adicional para que a escola seja mais inclusiva. Com o mesmo pensamento sobre inclusão, para Sassaki (1997), é algo que vem acontecendo em todo o mundo, fato que se efetiva a partir da década de 50. É a modificação da sociedade como pré-requisito para que pessoa com necessidades especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania.

Segundo a autora Costa (2011), o Estado tem o dever de criar ações que contemplem a igualdade social. Sendo a educação uma das formas de mais importância da inclusão social. Oficializado na Constituição Federal de 1988 que a educação, como direito de todos, com foco no desenvolvimento da pessoa além de colocar como um de seus princípios básicos. Portanto, a escola deve atender aos princípios constitucionais não excluindo nenhuma pessoa em relação à cor, a origem, a raça, a idade ou a deficiência e respeitando a individualidade de cada um e ensinar a todos, desenvolvendo estratégias de ensino que abrange todos os seus alunos.

O termo “educação inclusiva”, para Mendes (2012), foi uma proposta da aplicação prática ao campo da educação, chamado “Inclusão Social”, que é proposto como um novo modelo, que causaria na construção de um processo recíproco no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam fixar a comparação de oportunidades para todos.

Na visão de Hergarty (1994), educação inclusiva pode ser definida como o desenvolvimento de uma educação adequada e de ótima qualidade para alunos com necessidades especiais no ensino regular.

Visando proporcionar um ambiente mais justo e inclusivo, há leis federais que garantem o acesso de autista à educação, em instituições públicas ou privadas, desde o ensino básico até o superior. A Lei Berenice Piana nº12.764, publicada em Dezembro de 2012, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno no Espectro Autista e, também, passou a classificar os autistas como pessoas com deficiência, garantindo assim ainda mais direitos, como o acesso à

educação e ao ensino profissionalizante (Art.3, IV) e em casos de comprovada necessidade, com a pessoa com TEA incluída nas classes comuns de ensino regular, terá direito a acompanhante especializado (parágrafo único do Art.3º). Segundo o artigo 7º “o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos” (Art. 7º). Além disso, em caso de reincidência, esse gestor ou autoridade poderá ser destituído de seu cargo.

A Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei Federal nº13.146, o capítulo IV trata especificamente sobre os direitos relacionados à educação, com tópicos como: A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Art.27º). Essa Lei garante que as escolas e universidades, públicas e particulares, devem se adaptar para serem inclusivas aos alunos com deficiência, e não o oposto. O mesmo artigo também determina o “acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar (Art.28º, XV)”. Portanto, a criança autista não pode ser excluída de qualquer atividade praticada no ambiente escolar.

Visto que, o número cada vez maior de crianças e adolescentes com TEA que estão sendo inseridas na escola de ensino regular, e podem participam ativamente das aulas de Educação física junto com as crianças sem deficiência, tornam-se necessárias investigações sobre o que os professores entendem como inclusão na sala de aula; se os mesmo estão capacitados para realização dessa “educação inclusiva”; se estão enfatizando nas aulas capacidades físicas que devem ser trabalhadas com essas crianças e por fim, se possuem conhecimento sobre as leis que asseguram os direitos dos alunos com TEA. Com isso, os objetivos desse trabalho foram investigar as concepções dos professores sobre inclusão; a capacitação profissional; o conhecimento das leis de inclusão e atitudes

relacionadas às capacidades físicas no processo de inclusão de alunos com TEA nas aulas de Educação física do ensino regular.

MÉTODOS

Como instrumento de coleta, aplicou-se um questionário descritivo (tabela 1) aos professores de Educação Física de ensino regular, de escolas particulares e escolas públicas da Baixada Santista.

O questionário foi elaborado no *Google Forms* contendo 24 perguntas de múltipla escolha, dividido em 5 temas: 2 questões referentes à vivência do professor; 9 questões referentes às concepções sobre inclusão; 6 questões referentes à capacitação profissional; 3 questões referentes ao conhecimento de leis de inclusão e 3 questões referentes às atitudes do professor sobre as capacidades físicas relacionadas à saúde.

A coleta de dados foi realizada no período de 03/04 até 18/04 de 2024. O primeiro passo para aplicação do questionário foi apresentar aos professores os motivos da pesquisa, bem como sua temática, e solicitar-lhes a colaboração para respondê-lo.

Foram escolhidos de forma aleatória, tendo como pré-requisito o fato de ter lecionado ou estar lecionando como professor de Educação física de ensino regular e que tenha ministrado alguma aula com crianças ou adolescentes com TEA da Baixada Santista.

Foi utilizado o questionário de Souza & Boato (2009) como referência de montagem, algumas questões foram adaptadas e outras adicionadas para maior obtenção de informações.

Tabela 1. Questionário aplicado.

Questões referentes à vivência do professor	
1.	Qual ensino você atuou/atua dando aula de Educação física e que na sala de aula teve/tenha alunos com transtorno de Espectro Autista? Educação Infantil - Creche (0 a 3 anos) Educação Infantil - Pré-escola (4 a 5 anos) Ensino fundamental - Anos Iniciais (1° ao 5° ano) Ensino fundamental - Anos Finais (6° ao 9° ano) Ensino Médio (15 aos 17 anos)
2.	Você tem ou teve, nos últimos anos (3 anos), em alguma de suas turmas, aluno(s)

com TEA?

Sim

Não

3. Em relação às crianças com TEA que você da aula, qual o nível de suporte que a maioria possui?

Nível 1 – Leve.

Nível 2 – moderado.

Nível 3 – severo.

Questões referentes às concepções sobre inclusão

4. Em sua opinião, os estudantes com TEA de grau 2 e 3 podem ser melhor atendidos em turmas reduzidas e com auxiliares?

Sim.

Não.

5. Você acredita que a atenção extra requerida pelos estudantes com TEA pode prejudicar a fluidez das aulas de EF e o desenvolvimento dos demais alunos?

Sim, os alunos com TEA atrapalham as aulas

Não, se o aluno com TEA estiver acompanhado de um AT

Não, se o número de alunos for reduzido.

Não, se o aluno com TEA estiver acompanhado de um AT e o número de alunos for reduzido.

6. Você acredita que as crianças com Tea incluídas em salas de EF do ensino regular, em função da relação com os alunos sem algum tipo de transtorno, desenvolvem melhor suas capacidades escolares do que se estivesse em classe específica?

Sim.

Não.

Talvez.

7. Você acredita que o aluno com TEA incluído no ensino regular que não participa das aulas de EF seja prejudicado em seu desenvolvimento motor, social, cognitivo e emocional?

Sim.

Não.

8. Você considera as atividades que aplica nas suas aulas no ensino regular apropriadas para os estudantes com TEA?

Sim, são totalmente apropriadas.

Sim, são parcialmente apropriadas.

Não apropriadas.

9. Você faz atividades coletivas para trabalhar a inclusão e socialização das crianças com TEA com as crianças sem deficiência?

Sim.

Não.

Um pouco.

10. Você adapta as suas aulas de EF para incluir os alunos com TEA ou os mesmos devem se adaptar nas suas aulas?

Eles se adaptam nas aulas.

Eu adapto as aulas.

11. Você já dispensou das aulas de EF, algum aluno com TEA?

Sim, já dispensei por atrapalhar a aula.

Sim, já dispensei por não ter um apoio de uma AT.

Sim, por outros motivos.

Não dispensei.

12. Você se considera capacitado para incluir, nas atividades, os alunos com TEA nas

aulas de EF?

Sim.

Não.

Um pouco.

Questões referentes à capacitação profissional

13. Você considera que os professores de EF do ensino regular têm capacitação para dar aulas para crianças com TEA em turmas inclusivas?

Sim. Totalmente capacitados.

Sim, estão capacitados, mas o aluno com TEA precisará de um AT para ajudar.

Não estão capacitados.

14. Na formação acadêmica, a disciplina cursada ofereceu conhecimento básico de como trabalhar com pessoas com TEA, você acha que foi suficiente?

Sim.

Não.

Um pouco.

15. Na instituição de ensino em que trabalhou ou trabalha, foi oferecido algum curso de capacitação para atendimento de pessoas com TEA?

Sim.

Não.

16. Você já buscou recursos acadêmicos para sua atuação no processo de inclusão escolar de alunos com TEA, como curso de extensão ou pós-graduação?

Sim.

Não.

17. Você já buscou recursos próprios para sua atuação no processo de inclusão escolar de alunos com TEA, como pesquisas em livros, revistas, acesso pela internet ou orientação com colegas?

Sim.

Não.

18. Você se considera capacitado para atender e lidar com alunos com TEA em turmas inclusivas?

Sim.

Não.

Um pouco.

Questões referentes ao conhecimento de leis de inclusão

19. Você conhece as disposições da Resolução 2/2001 do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e que normatiza o processo de inclusão educacional no Brasil?

Sim.

Não.

20. Você conhece o Artigo 43, Item III da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência N°13.146, que diz: assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Sim.

Não.

21. Você conhece o Artigo 27 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência N°13.146, que diz: A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas,

sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Sim.

Não.

Questões referentes às atitudes do professor sobre as capacidades físicas relacionadas à saúde.

22. Escolha as capacidades físicas que você mais enfatiza nas aulas de Educação física.

Resistência.

Força.

Velocidade.

Flexibilidade.

Agilidade.

Coordenação.

Equilíbrio.

23. Escolha 3 capacidades físicas que você acha mais importante e que devem ser trabalhadas nas crianças com TEA nas aulas de Educação física.

Resistência.

Força.

Velocidade.

Flexibilidade.

Agilidade.

Coordenação.

Equilíbrio.

24. Pensando em percentual, quanto seria a porcentagem de cada uma?

0%

10%

30%

50%

100%

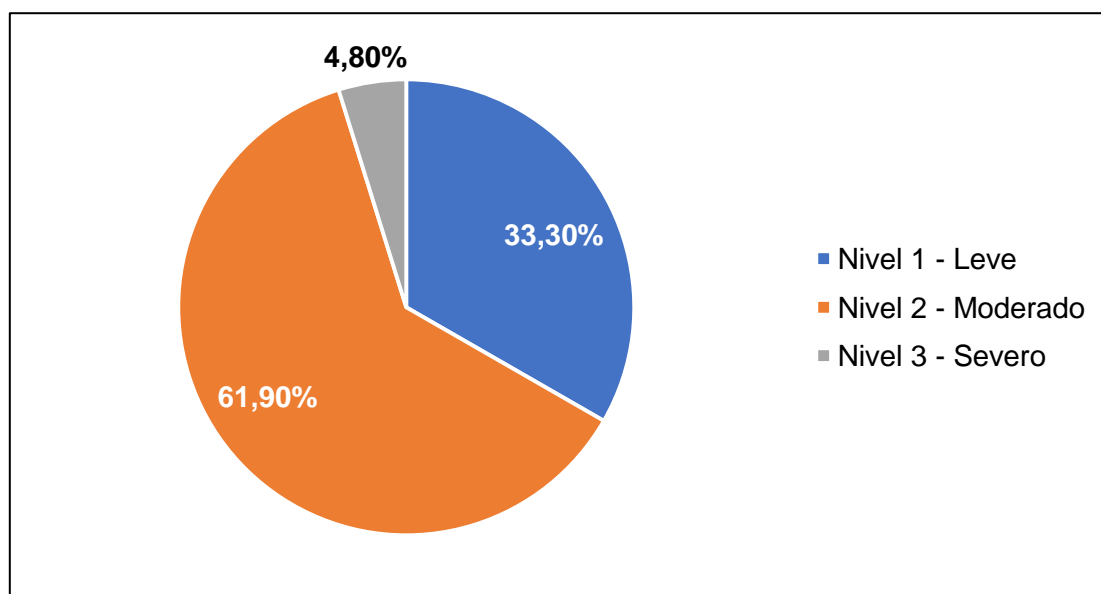
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Responderam ao questionário 21 professores de Educação física de ensino público e ensino privado.

Foi realizada uma análise descritiva da apresentação dos dados obtidos, de forma que se pudesse ter uma visão de como os mesmos estavam distribuídos por questões.

Tema 1: Questão referente à Vivência do professor

Gráfico 1. Em relação às crianças com TEA que você dá aula, qual o nível de suporte que a maioria possui?

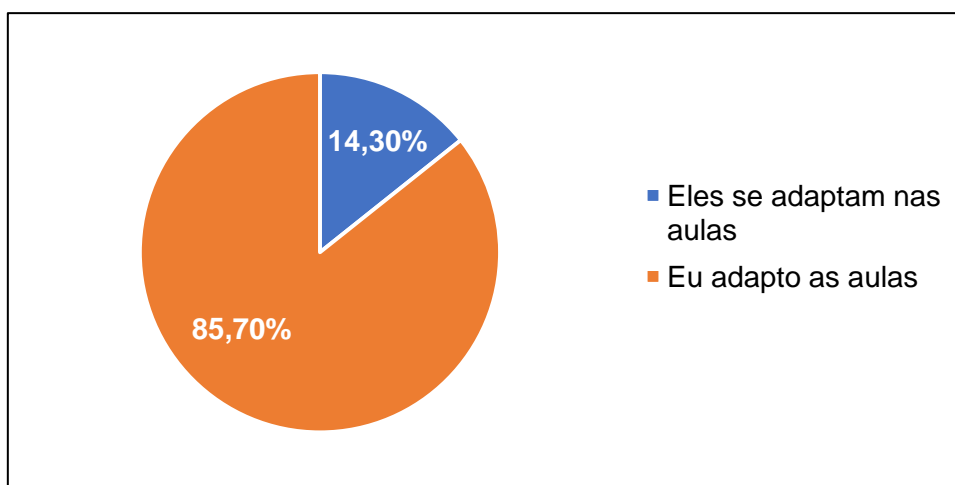


No gráfico 1, em relação ao nível de suporte que a maioria dos alunos se encontra, 61,9% (13) são do Nível 2 – Moderado, 33,3% (7) são de Nível 1 – Leve e apenas 4,8% (1) são de Nível 3 – Severo.

De acordo com o DSM-5, a criança ou adolescente com nível de suporte moderado pode apresentar déficits nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; possuir limitação em dar início a interações sociais; inflexibilidade do comportamento; dificuldade em lidar com a mudança; sofrimento e/ou dificuldade em mudar de foco ou ações, entre outros.

Tema 2: Questões referentes às Concepções sobre a Inclusão.

Gráfico 2. Você adapta as suas aulas de EF para incluir os alunos com TEA ou os mesmos devem se adaptar nas suas aulas?

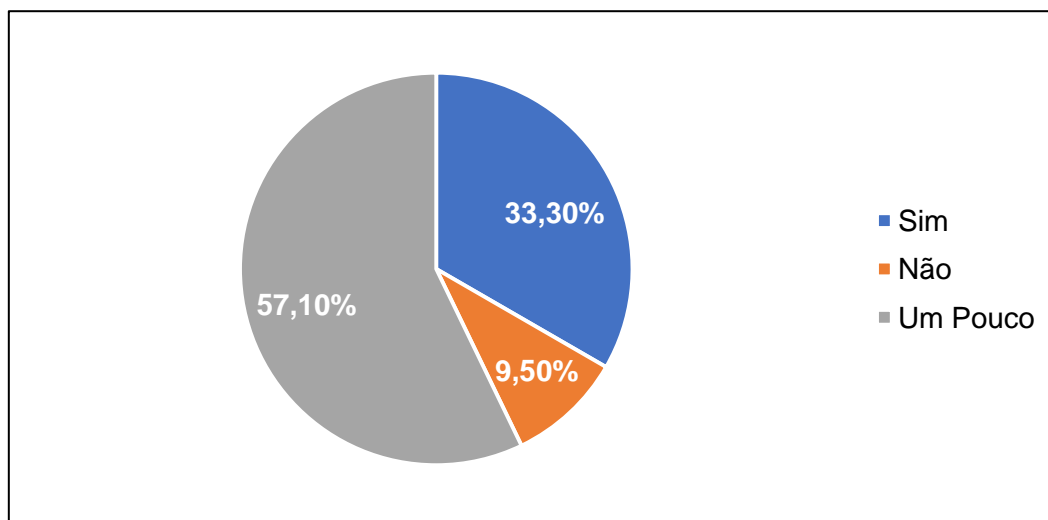


No gráfico acima, pode-se observar em relação à inclusão dos alunos com TEA, se o professor adapta suas aulas ou não, 85,7% (18) disseram que “Eu adapto as aulas” e 14,3% (3) responderam “Eles se adaptam nas aulas”.

Na escola, onde o professor encontra-se vinculado a um currículo, seguindo diretrizes e planejamentos específicos, não é necessário que ele deixe de explorar determinado conteúdo por conta da presença de um aluno com deficiência, mas, sempre que possível, deve adaptá-lo, de modo que o aluno possa executá-lo dentro dos limites de sua condição. Nesse caso, regras e papéis envolvidos em um jogo, por exemplo, podem ser modificados. Diante dessa situação, faz-se necessário que o profissional esclareça aos outros alunos que as modificações não foram realizadas com o intuito de beneficiar o colega com deficiência, mas, para que ele tivesse a oportunidade de interagir socialmente com os demais. Assim sendo, incentiva-se uma postura de aceitação e respeito, podendo fazer com que todos compreendam a importância do processo de inclusão, que foi promovido, inicialmente, por outro: o da integração (ALVES; DUARTE, 2014).

Tema 3: Questões referentes à capacitação Profissional

Gráfico 3. Você se considera capacitado para atender e lidar com alunos com TEA em turmas inclusivas?

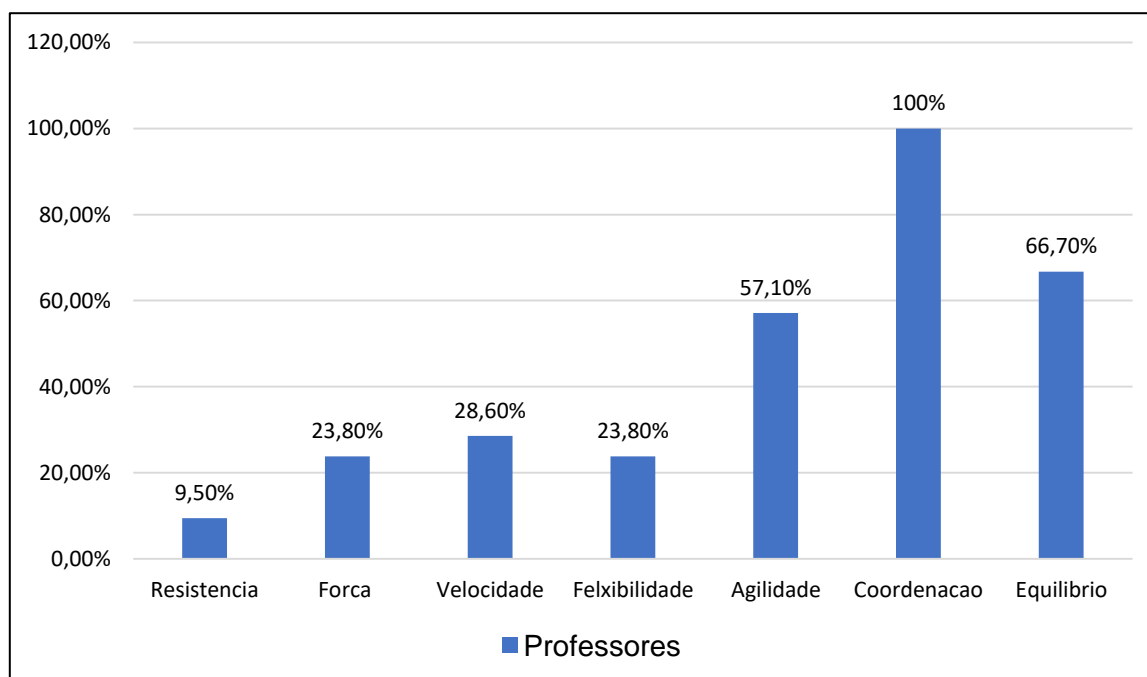


Observa-se no gráfico 3 que, 57,1% (12) dos professores se consideram “um pouco” capacitados para atender e lidar com alunos com TEA em turmas inclusivas, 33,3% (7) “sim” se acham capacitados e 9,5% (2) “não” estão capacitados.

Na formação acadêmica um pouco mais de 70% dos professores responderam que os conhecimentos oferecidos não foram suficientes para trabalhar com alunos com TEA. Os autores Falkenbach et al (2007), dizem que quando se trata de inclusão em escolas comuns, é uma problemática a formação de professores, e quando o senso comum entender a responsabilidade dos processos pedagógicos e aprendizagem para os alunos de classe comum pode-se considerar a sobrecarga e importância dessa atividade. No mesmo pensamento, Strapasson e Carniel (2007) dizem que, a estrutura da educação pode apresentar falhas, como a fragilidade na formação docente, dificultando o sistema inclusivo e acessibilidade.

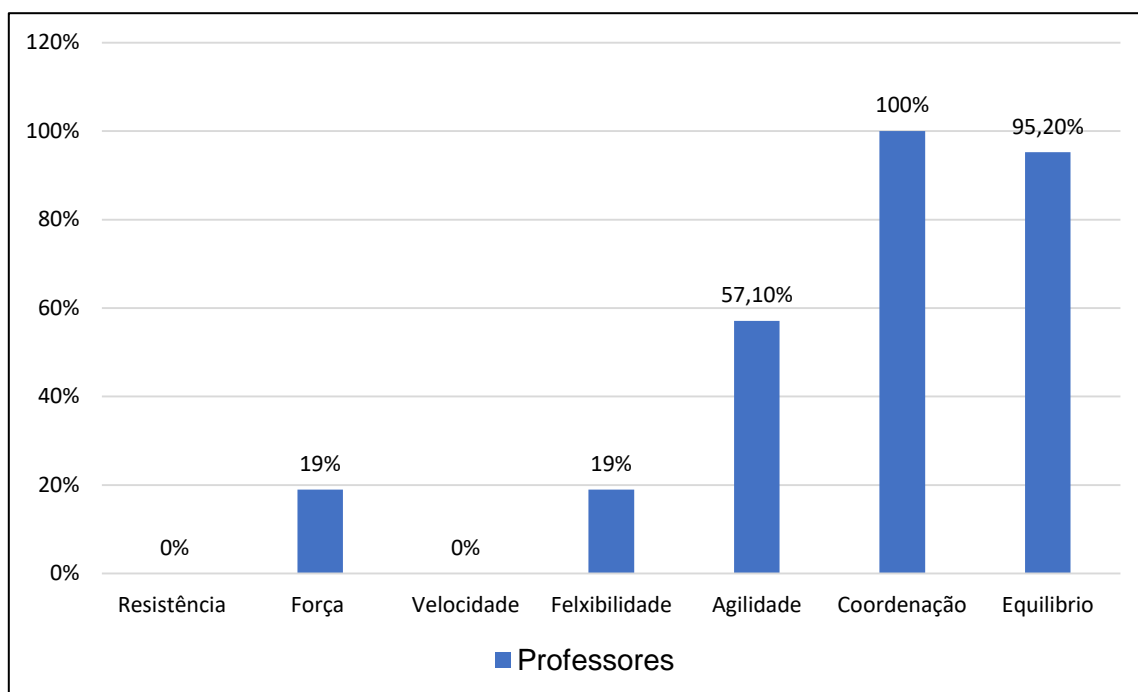
Tema 5: Questões referentes às Atitudes do Professor sobre as Capacidades Físicas Relacionadas à Saúde.

Gráfico 4. Escolha as capacidades físicas que você mais enfatiza nas aulas de Educação física.



Segundo o Gráfico 4, dentre as 3 escolhas de capacidades físicas mais utilizadas pelos professores em suas aulas, 100% (21) dos professores da amostra responderam que priorizam a Coordenacao Motora, 66,7% (14) responderam que utilizam o Equilibrio, 57,1% (12) dos professores responderam que enfatizam a agilidade nas aulas, 28,6% (6) responderam que usam a Velocidade nas aulas, 23,8% (5) responderam que a Forca e a Flexibilidade são utilizadas em suas aulas, e 9,5% (2) dos professores da amostra responderam que trabalham a Resistencia nas aulas de Educacao Física.

Gráfico 5. Escolha 3 capacidades físicas que você acha mais importante e que devem ser trabalhadas nas crianças com TEA nas aulas de Educação física.



No gráfico acima, dentre as 3 escolhas de capacidades físicas que os professores acham mais importantes de serem trabalhadas nos alunos com TEA, 100% (21) dos professores responderam que é importante trabalhar a Coordenação Motora, 95,2% (20) responderam que deve trabalhar nas aulas de Educação Física o Equilíbrio, 57,1% (12) responderam que deve ser trabalhado a Agilidade, 19% (4) professores responderam que devem ser trabalhados as capacidades Flexibilidade e Força nas aulas, e para finalizar, nenhum dos professores responderam que devem trabalhar a Velocidade e a Resistência.

Diante do Gráfico 4, percebe-se que, dentre as 3 escolhas que os professores fizeram sobre as capacidades físicas que mais utilizam em suas aulas, foram escolhidas em primeiro lugar a Coordenação motora, em segundo o Equilíbrio e em terceiro a Agilidade, as respostas foram convergentes comparado ao gráfico 5, que também utilizam as mesmas capacidades citadas acima, pois os professores acham importante de serem trabalhadas com alunos com TEA, sendo assim, para esse grupo, os docentes estão colocando em prática o que acham que é relevante para esse público.

O exercício físico é toda atividade física sistematizada ou padronizada com tempo de duração pré-estabelecidos. Por isso, conta com uma duração de tempo específico, com sequências de movimentos para diferentes partes do corpo e proporciona o aumento das aptidões físicas, como flexibilidade, força, resistência e dentre outras, segundo Damaceno (2023).

Para Augusti (2020), a coordenação motora é caracterizada por atividades que envolvam grandes grupos musculares, ligação com execução de diferentes movimentos em diversos segmentos corporais ao mesmo tempo. O autor afirma que as crianças com TEA, mostram dificuldades de movimento, incluindo atrasos ou déficits no ganho da coordenação motora grossa e equilíbrio. Com isso, essa incapacitação de realizar atividades motoras complexas pode levar a preferências para atividades simples e sedentárias. O mesmo autor cita que, o condicionamento físico cardiovascular por meio de um plano de treinamento personalizado é fundamental para evitar problemas metabólicos e cardiovasculares na vida adulta de indivíduos com TEA.

As crianças autistas, segundo Ferreira & Ferreira (2022), que tem um acompanhamento com um profissional, a pratica atividades físicas é bastante benéfico, elas conseguem ter uma melhora nas capacidades cognitivas e sensoriais, proficiência motora, além de apresentarem uma evolução no equilíbrio, na velocidade, na agilidade, na força e na coordenação motora. Complementando o mesmo pensamento sobre atividade física, para Bento et al. (2023), crianças com TEA podem melhorar suas habilidades através do exercício físico realizado de forma contínua. Tendo maior chance de melhorar a atenção e interações sociais, podendo promover autonomia e diminuição do nervosismo, inquietação e além de poder melhorar a noção de espaço e tempo.

CONCLUSÃO

Conclui-se que, para este grupo, os professores atuaram/atuem em maior parte na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e em sua maioria os estudantes são/eram de Nível de suporte moderado. Na concepção sobre inclusão, o professor deve adaptar seu conteúdo na presença de um aluno com deficiência, de modo que o ele possa executá-lo dentro dos seus limites e incluir é

aprender junto, a educação inclusiva deve ser vivenciada individualmente favorecendo também a sociabilidade. Sobre capacitação profissional, há uma necessidade da formação especializada dos profissionais de educação física, no sentido de adquirir novos conhecimentos que lhes possibilitem promover a integração social. Quinze professores disseram que tem o conhecimento sobre as leis que asseguram os direitos das crianças e adolescentes autistas, sendo importante o conhecimento das mesmas, que tem como finalidade inclui-las. Por fim, o exercício físico pode exercer um papel fundamental na vida de pessoas autistas, trabalhando os aspectos, cognitivo, motor, comportamental e emocional. Todas essas melhorias refletem diretamente na vida diária dos portadores de TEA, ou seja, a prática de atividades pode trazer uma melhora na qualidade de vida.

Com isso, recomendam-se novas pesquisas que sejam longitudinais, com grupo controle e intervenções, que tragam resultados concretos sobre os temas discutidos anteriormente. E testar as capacidades físicas das crianças e classificá-las com base nelas mesmas, além de criar tabelas de referência para esse público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. **A percepção dos alunos com deficiência sobre sua inclusão nas aulas de educação física escolar: um estudo de caso.** Revista Brasileira de Educação Física e Esporte. v. 28, n. 2, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** Artmed Editora, 2014.

ARAÚJO, Priscila Maria Mororó; ROSADO, A. C. D. S. **A importância do profissional de psicopedagogia na inclusão de crianças autistas na sala de aula.** Porto Alegre: Cinted, 2018.

ASSUMPÇÃO Junior, BAPTISTA, Francisco e KUCZYNSKI, Evelyn. **Autismo infantil: novas tendências e perspectivas.** 2ª Edição, São Paulo: Editora Atheneu. .2015. Páginas: 344. ISBN: 9788538806677

AUGUSTI, Rodinei. **As principais alterações sensório-motoras e a abordagem fisioterapêutica no transtorno do espectro autista: atuação do fisioterapeuta nos transtornos do espectro autista.** Desenvolvimento da Criança e do Adolescente: Evidências Científicas e Considerações Teóricas-Práticas, v. 1, n. 1, p. 227-252, 2020.

BENTO, A., Cardoso, L. D. M. R., & Moraes, R. F. D.. **Efeitos do exercício físico para a melhora na qualidade de vida em crianças com Transtorno do Espectro Autista**, 2023.

BRASIL. Planalto. Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Lei de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm.1990.

BRASIL. Planalto. Lei 13.146/2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em 18 jul. 2018.

COSTA, Sabrina Magna Gondim da. **O professor e o êxito do aluno atípico na escola regular**. 2011.

DAMACENO, Lorena Bianca Araújo. **EFEITOS DA ATIVIDADE FÍSICA EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**. 2023.

DE MENEZES, Aécio Diego Martins. **ESTUDO COMPARATIVO DO DESEMPENHO MOTOR ENTRE CRIANÇAS AUTISTAS PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE EXERCÍCIOS FÍSICOS**. Atualidades na educação física: da saúde ao esporte, p. 143, 2020.

DUTRA, W. G. **Aspectos sociais na Educação Física Escolar**. EFDeportes.com, revista digital. Buenos Aires, ano 17, n, 172, 2012.

FALKENBACH, Atos Prinz et al. **A formação e a prática vivenciada dos professores de Educação Física diante da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola comum**. Centro Universitário Metodista IPA.2007.

FALKENBACH, Atos Prinz; LOPES, Elaine Regina. **Professores de Educação Física diante da inclusão de alunos com deficiência visual**. Pensar a Prática, Goiânia, v.13, n.3, p.118, 2010.

FERREIRA, Aline Steffani Leite; FERREIRA, Johnathan Allyson Quariguasi. **Os benefícios da hidroterapia em crianças com transtorno espectro autista (TEA): revisão integrativa**. Saúde. com, v. 18, n. 3, 2022.

FIORINI, Maria Luiza Salzani. **Concepção do professor de Educação Física sobre a inclusão do aluno com deficiência**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2011.

- FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão**. Revista de Educação, p. 5-20, 2008.
- GAUDERER, Christian et al. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: guia prático para pais e profissionais**. Rio de Janeiro: Revinter, p. 3, 1997.
- HEGARTY. Integration and the Teacher In: MEYER, C. J. W. ; PIJL, S. J. ; HEGARTY, S. z(Eds.). **New perspectives in special education: a six country study of integration**. London : Routledge, 1994.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.
- ONU. **Organização das nações unidas**. Mensagem dia mundial de sensibilização para o autismo. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2013/04/1433171.2013>.
- PINTO, Rayssa Naftaly Muniz et al. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 3, p. e61572, 2016.
- RODRIGUES, David. **A Educação Física Perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas**. Rev. da Educação Física/ UEM Maringá, v. 14, nº 1, p. 67 – 73. 2003.
- SANTOS, Ana Luiza dos Reis. **Como se dar o processo de inclusão e integração de alunos atípicos dentro da escola**.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, Ed. WVA 1997.
- SCHILEMANN, A.; ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. **Educação Física Inclusiva e autismo: perspectivas dos pais, alunos, profissionais e seus desafios**. Jornal Brasileiro de Educação física e Esporte. 2020.
- SCHLIEMANN, André; ALVES, Maria Luíza Tanure; DUARTE, Edison. Educação Física Inclusiva e Autismo: perspectivas de pais, alunos, professores e seus desafios. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 34, n. Esp., p. 77-86, 2020.
- SOARES, Carmen Lúcia; FILHO, Lino Castellani; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; VARJALI, Elizabeth; ESCOBAR, Micheli Ortega; BRACHT, Valter. **Metodologia do ensino de educação física**. Cortez Editora, 2014.
- SOUZA, Gracy Kelly Pereira de; BOATO, Elvio Marcos. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física do ensino regular: concepções, atitudes e capacitação dos professores**. Educação física em revista, v. 3, n. 2, 2009.

STRAPASSON, Aline Miranda; CARNIEL, Franciele. **A educação física na educação especial**. Revista Digital, Buenos Aires, ano, v. 11, p. 1-17, 2007.